

O dinamismo civilizacional da Europa ocidental nos séculos XIII a XIV – Espaços, poderes e vivências

Unidade 2

2.1. A fixação do território

Pág. 55

Questão 1

Processo de recuperação, pelos exércitos cristãos, do território da Península Ibérica ocupado pelos muçulmanos em 711. A Reconquista Cristã decorreu entre o século VIII e finais do século XV, sendo protagonizada pelos reinos das Astúrias, de Leão, de Castela, de Aragão, de Navarra e de Portugal.

Questão 2

- Alargar o território do Condado Portucalense/reino de Portugal;
- libertar-se da vassalagem devida ao Reino de Leão e Castela OU obter a independência do Reino de Portugal;
- obter o reconhecimento pontifício da independência do Reino de Portugal.

Questão 3

- Ação de Afonso Henriques no combate aos Muçulmanos OU na propagação da fé cristã;
- qualidades pessoais e governativas de Afonso Henriques;
- determinação de Afonso Henriques em pagar anualmente à Santa Sé o tributo de dois marcos de ouro.

Questão 4

Escolher três:

- Combate entre um soldado cristão (cruzado) e um soldado muçulmano (Doc. 4-A);
- participação dos monges-cavaleiros das ordens religioso-militares na reconquista da Península Ibérica (Doc. 4-B e D);
- participação na conquista de Lisboa de cruzados do Norte da Europa que se dirigiam à Palestina (Doc. 4-C 1 e 2);
- participação de D. Afonso Henriques e do seu exército na luta “contra os mouros” (Doc. 4-C 2).

Questão 5

D. Afonso III:

- Concluiu a conquista do Algarve, pondo fim à reconquista do território português;
- efetuou negociações diplomáticas com o reino de Leão e Castela, no sentido de Portugal obter a soberania efetiva sobre o Algarve.

Questão 6

- D. Fernando, rei de Castela, e D. Dinis, rei de Portugal, celebram o Tratado de Alcanises para resolverem a disputa de “Vilas, Castelos e Termos” em territórios fronteiriços, evitando os prejuízos daí decorrentes e estabelecendo a paz entre os dois reinos;
- Portugal concedia Aroche, Aracena, Valença, Ferreira, Esparregal, Aiamonte;
- Leão e Castela concedia Olivença, Campo Maior, São Félix dos Galegos, Ouguela, Sabugal, Alfaiates, Castelo Rodrigo, Vila Maior, Castelo Bom, Almeida, Castelo Melhor, Monforte e outros lugares de Riba Coa.

2.2. O país rural e senhorial

Pág. 61

Questão 1

Nobreza – no Norte Atlântico, origem do Reino de Portugal, onde sucederam as primeiras conquistas e doações territoriais régias;

Clero – no Norte Atlântico, origem do Reino de Portugal e berço de casas monásticas; no Centro e Sul do país, devido às largas doações régias que recompensaram as ordens religioso-militares pelo seu papel na conquista e defesa do território.

Questão 2

– “ [...] faço carta de doação e com garantia perpétua [...] do nosso reguengo”; “Damos e concedemos o referido reguengo com os seus termos novos e velhos para que o possuais por direito hereditário em perpétuo e façais dele o que quiserdes.”

– Direitos de cobrança de rendas sobre a exploração da terra (direitos dominiais) e direitos de exercer o comando militar, a punição judicial e a coação fiscal sobre os habitantes do senhorio (direitos banais ou poderes públicos).

Questão 3

– Atribuição pelo rei Sancho II da alcaidaria do castelo de Coimbra ao nobre Martim de Freitas, que ficava obrigado a ser fiel e a só obedecer ao monarca (seguindo-o na guerra, contribuindo financeiramente e aconselhando-o);

– Recusou-se a obedecer ao novo senhor do reino (Afonso III), não lhe entregando as chaves do castelo de Coimbra que recebera de Sancho II, por entender que este era o seu único senhor.

Questão 4

Herdades obtidas por uma carta de couto que concede à Sé de Braga e aos respetivos arcebispos o exercício do poder público, não permitindo nessas herdades a entrada dos funcionários régios, ou seja, garantindo a sua imunidade.

Questão 5

Funções da nobreza – a guerra e a defesa militar do território; a exploração económica de terras; o exercício de cargos públicos ou do poder senhorial.

Funções do clero – o exercício do culto religioso; a guerra e a defesa militar do território (no caso das ordens religioso-militares); a exploração económica de terras, feita muitas vezes pelo próprio clero regular; o exercício do poder público ou senhorial; o ensino; a produção de manuscritos.

Questão 6

Ver, mais à frente, a resolução do **Dossiê**.

Questão 1

A quintã e os casais.

A quintã, ou granja no caso de o domínio pertencer ao clero, constituía a reserva onde se localizavam a morada do senhor, os estábulos, o moinho, o lagar, os celeiros, o forno.

Os casais, ou vilares, eram as parcelas de terras arrendadas aos camponeses; correspondiam aos mansos europeus.

Questão 2

Rendas em géneros – “... das vinhas... deem a mim a oitava parte” (1); “dareis a nós a quarta parte do vinho e das castanhas” (2).

Rendas em dinheiro – “... dareis nos próximos cinco anos 6 morabitinos anualmente ... e depois dareis 8 morabitinos por ano” (3).

Rendas fixas – “...dareis nos próximos cinco anos 6 morabitinos anualmente ... e depois dareis 8 morabitinos por ano” (3).

Rendas em fração das colheitas – “... das vinhas... deem a mim a oitava parte” (1); “dareis a nós a quarta parte do vinho e das castanhas” (2).

Prestação de um serviço obrigatório – “... ponhais três vezes os pés nas uvas” (2).

Contrato de emprazamento – o contrato celebrado pela Sé de Braga, que abrange duas vidas ou prazos (3).

Questão 3

Significa que todos os homens livres dependem de alguém – um senhor a quem pagam tributos. A lei era especialmente gravosa para os proprietários de bens, que não dependiam de outros mas que, doravante, teriam de se acolher à proteção de um senhor, a quem pagariam direitos senhoriais.

Questão 4

Consiste em passarem a dispor de liberdade pessoal, cultivando a terra mediante um contrato de arrendamento.

3. Aos ricos-homens e aos infanções.

4. 1. e 2. Esporas e espada → Guerra

3. Cofre relicário → Fé

4. Cofre de madeira → Amor

5. Semelhanças:

– Ambos foram local de defesa do território circundante.

– Ambos foram local de exercício do poder público ou senhorial.

Diferenças:

– O Castelo da Póvoa de Lanhoso era propriedade do rei, que delegava o poder senhorial ou público no alcaide; o Castelo de Ourém, a partir do século XIV, foi senhorio privado de nobres, os condes de Ourém.

– O Castelo da Póvoa de Lanhoso é um castelo-fortaleza, com funções militares evidentes; o Castelo de Ourém foi um paço residencial, de belas linhas góticas, que usufruía de conforto e requinte.

6. Símbolos do poder senhorial da nobreza medieval porque (escolher três):

– neles se exercia o poder público apropriado pelo alcaide (caso da torre de menagem do Castelo da Póvoa de Lanhoso);

– neles residiam detentores de um senhorio (caso dos condes de Ourém, senhores de Ourém);

– neles se cobravam direitos senhoriais (caso da Torre de Quintela);

– todos os edifícios apresentam um aspeto imponente.

7. – O *jantar* e a *pousada*, porque os senhores e os seus séquitos podiam ficar por tempo indeterminado na casa dos camponeses, consumindo-lhes os seus bens.

– O *relego*, que levava a que os camponeses já não encontrassem, frequentemente, compradores para o seu vinho.

– O *fossado*, que afastava os camponeses do cultivo das suas terras.

8.

8.1. A “destruição” e malfetoria” do rei D. Sancho I a D. Lourenço Fernandes, que arruinou a torre senhorial e a quintã, queimou as terras arrendadas (casais), matou camponeses e furtou gado, colheitas, armas, dinheiro, um escravo e peças de mobiliário e uso doméstico.

8.2. O património fundiário era vasto, a avaliar pela quintã e pelos casais destruídos (70) e queimados, pelo elevado número de trabalhadores agrícolas mortos (100), pelas colheitas e gado furtados (70 moios de pão e de vinho, 25 arcas e cubas, porcos, ovelhas e cabras).

8.3. Cereais, vinho, porcos, ovelhas e cabras.

8.4. Vilãos ou foreiros (os “cem homens de maladia”) e escravos (“... um bom mouro”).

8.5. “Apanhou-lhe ... quarenta escudos”;

“Isso custaria mais de mil e quinhentos morabitinos.”

DOSSIÊ**A nobreza medieval portuguesa**

1. Na região do Norte Atlântico, com especial incidência no Entre Douro e Minho.

O facto explica-se por ter sido essa a área central do Condado Portucalense e do primitivo Reino de Portugal, que se alargou no sentido norte-sul. Aí se fixaram os nobres que auxiliaram os monarcas na Reconquista, recebendo avultadas doações.

2. Aos nobres cabia a função guerreira, combatendo os inimigos da fé e protegendo os demais grupos sociais.

Quer os ricos-homens, quer os infanções desempenharam um papel ativo na Reconquista, povoamento e defesa do território português, com a colaboração de cavaleiros e escudeiros. A presença de cavaleiros portugueses no *Apocalipse do Lorrão* (Doc. A-3), a ilustrar o episódio bíblico, revela o seu papel ao serviço da religião.

- 8.6. Os escudos, capacetes de ferro e as muitas armas provam o exercício do poder senhorial (comando militar) no domínio de D. Lourenço.
- 8.7. Tratou-se de uma forma de humilhar e prejudicar D. Lourenço, pois a torre simbolizava o seu poder senhorial e nela se arrecadavam as rendas e os direitos recebidos pelo nobre.
- 8.8. Uma vez que D. Lourenço afirma nada ter feito ou dito que justificasse aquela violência, provavelmente foi a riqueza excessiva do fidalgo que motivou o despeito e a fúria do monarca.
9. Escolher quatro:
- Exercício do cargo de mordomo na corte;
 - administração dos domínios fundiários;
 - atividade militar OU guerreira;
 - escrita em verso e em prosa;
 - caça.
- A notoriedade do conde D. Pedro advém dos seus talentos literários, nomeadamente das obras em verso e em prosa que escreveu e que são referências na literatura medieval portuguesa e ibérica.
10. Escolher quatro:
- A presença de um rei, como anfitrião, e de um duque, como convidado;
 - a presença de altos dignitários da Igreja e da nobreza;
 - os trajes ricos e cuidados de todas as figuras;
 - o interior ricamente adornado, onde decorre o banquete;
 - o serviço cuidado de pagens e escudeiros, que levam os alimentos à mesa;
 - a presença de carne na refeição;
 - a animação a cargo de jograis;
 - a ambiência solene da cena.
11. Casar-se; ter filhos e cuidar da sua educação; tratar da família, da casa e dos bens familiares.
12. Escolher três:
- Ficar demasiado confinada ao espaço doméstico e religioso, perdendo protagonismo na vida social;
 - ser repudiada pelo marido, caso não assegurasse a descendência;
 - resignar-se à condição de mulher traída pelo marido;
 - aceitar os filhos bastardos do marido;
 - perder a autoridade na família;
 - perder a possibilidade de transmitir o título e o património a favor do irmão mais velho;
 - submeter-se às figuras masculinas (pai, irmão mais velho OU chefe da linhagem, marido);
 - ser encerrada num convento, caso a família não lhe arranjassem um casamento condigno.
13. Identificar a nobreza como uma das ordens da sociedade tripartida da época medieval (ver citação que inicia o Dossiê).
- Referir os graus em que se dividia a nobreza: ricos-homens, infanções, cavaleiros e escudeiros (Doc. A 2).
 - Referir as funções desempenhadas pelos nobres: condução de exércitos ou séquitos

- militares; administração económica e exercício da justiça nos respetivos domínios senhoriais; exercício de cargos na corte; administração de terras e castelos em nome do rei; participação nos séquitos militares (Docs. A 2, 3 e B 1, 2).
- Referir os lazeres: a caça, os banquetes, os saraus poéticos e musicais (Docs. B 1, 2, 4, E, F).
- Mentalidade guerreira, violenta até, e simultaneamente devota e galante (Docs. B 1, 2, 3, 4, C 1, D).
- Ver o que se diz nas respostas 11 e 12.

2.3. O país urbano e concelhio

Págs. 72-73

Questão 1

Afonso Henriques instalou a corte em Coimbra porque (escolher três):

- Deixava de estar sob a “tutela” dos nobres nortenhos, passando a beneficiar do apoio e conselho de outros estratos, como foi o caso dos cavaleiros-vilãos;
- tinha a possibilidade de estender os seus domínios para sul, pois ficava mais próximo dos territórios na posse de muçulmanos;
- enriquecia culturalmente o país OU dava-lhe coesão, ao permitir a integração das comunidades e tradições moçárabes, fortes em Coimbra;
- passava a dispor de maiores recursos económicos, possibilitados pela economia urbana da região de Coimbra.

Questão 2

A existência de uma parte elevada (a *alcáçova*), que se destacava sobre a *almedina*.

Questão 3

Porque acentuava o papel relevante de Coimbra como diocese OU sede de bispado.

Questão 4

Monarca – D. Afonso Henriques.

Um privilégio relativo à segurança de bens – multa de quinhentos soldos para quem entrasse, de forma violenta e armado, em casa alheia (1.) OU restituição, agravada nove vezes, de bens comprovadamente roubados (2.).

Duas isenções fiscais – não pagar pela posse de tendas (para comércio) e de fornos de pão e de barro (7.); isenção de portagem sobre o pão, vinho, figos e azeite trazidos de Lisboa para consumo próprio (20.); isenção de foro aos ferreiros, sapateiros e peleiteiros que trabalhassem em casa (29); isenção de lutuosa (30.) [Escolher duas]

Dois privilégios relativos à autoadministração – almotaxaria escolhida entre os homens do concelho pelo próprio concelho, que também intervinha na escolha do almotacé (10.); escolha do alcaide-menor de entre os homens de Santarém.

Um privilégio judicial – cavaleiros-vilãos equiparados, em tribunal, a nobres-infanções (32.).

Questão 5

- abundância de embarcações comerciais na orla costeira da cidade de Santarém (Doc. 17 B);
- existência de amplos recursos económicos provenientes da agropecuária (hortas de Maçoulas e Rua do Gado), dos

ofícios (Rua Sapateira e Rua Ferrarias) e do comércio (Rua dos Mercadores), na planta de Guimarães (Doc. 19 A);
– existência de uma judiaria na planta de Guimarães (Doc. 19 A), cujos habitantes se distinguiram pelas atividades artesanais, comerciais e financeiras.

Questão 6

Não, pois existiam vilas com maior área amuralhada do que algumas cidades: casos de Santarém e de Guimarães, que ultrapassavam Braga, Guarda e Silves em área e habitantes e Coimbra em área.

A designação de cidade dependia de ser sede de bispado OU da existência de uma Sé.

Questão 7

Porque produziam artigos de maior exigência técnica, que precisavam de um grupo profissional a eles dedicado em exclusivo, destinados à venda em grande escala e não ao autoconsumo, como acontecia nos meios rurais, onde os lavradores produziam, nas horas vagas, os artefactos de que necessitavam.

Pág. 77

Questão 1

Escolher três:

- Significado urbano, ao definir a cidade propriamente dita OU ao distingui-la do mundo rural (Doc. 21 A, B);
- significado estético, ao embelezar a cidade (Doc. 21 A);
- significado de segurança contra os inimigos externos (Doc. 21 B);
- significado de segurança contra a criminalidade intramuros (Doc. 21 C);
- significado económico, pela cobrança de portagens nas suas portas.

Questão 2

As Ruas Novas eram mais largas e de traçado retilíneo, com casas mais belas e majestosas, até, de burgueses opulentos. Nelas se implantavam as melhores oficinas e lojas.

Questão 3

As judiarias encontravam-se espalhadas por todo o país, enquanto as mourarias se fixavam, predominantemente, no Sul.

Questão 4

Privilégio concedido às minorias judaica e moura – regerem-se pela sua própria lei (*Talmud* ou *Alcorão*) OU elegerem magistrados que superintendessem nas comunidades (o rabi judeu e o alcaide mouro).

Discriminações (escolher duas) – viverem em arruamentos próprios ou bairros fechados (a judiaria e a mouraria), aonde deviam de se recolher ao pôr do sol; usarem trajes próprios; usarem sinais distintivos (a estrela para os judeus, o crescente para os mouros).

Atividades praticadas – usura, comércio fixo ou ambulante, artesanato, agricultura, arrendamento dos direitos reais, alta finança, medicina, astrologia-astronomia, iluminação de manuscritos, impressão, no caso dos judeus; agricultura e artesanato, no caso dos mouros.

Questão 5

O arrabalde consistia no conjunto de terrenos situados no exterior da muralha, que acabavam por ser um prolongamento da cidade ou vila.

No arrabalde viviam agricultores e artesãos, especialmente dos ofícios poluentes, minorias étnico-religiosas, mendigos, leprosos, bem como as ordens religiosas mendicantes dedicadas aos pobres e excluídos.

Pág. 79

Questão 1

Na Casa da Câmara reunia-se a Assembleia dos Vizinhos, a quem cabia a elaboração das posturas municipais e a eleição dos magistrados concelhios. Ainda na Casa da Câmara, reuniam os magistrados e o tribunal do concelho.

Questão 2

Os selos concelhios validavam OU davam existência legal aos documentos produzidos pelo concelho. Simbolizavam a autonomia administrativa do concelho.

Questão 3

- Preocupação com a higiene e com a moralidade (Doc. 24 A2);
- preocupação em evitar a especulação, tabelando os preços.

Questão 4

- Chanceler – magistrado responsável pelos selos concelhios.
- Almotacés – magistrados responsáveis pela higiene e pelos preços.

Questão 5

Estatuto económico – os cavaleiros vilãos detinham grandes propriedades fundiárias, avultado número de cabeças de gado ou, no caso de serem mercadores, grandes fortunas; os peões eram agricultores, almocreves, pequenos comerciantes, pescadores e artífices.

Estatuto social – era superior no caso dos cavaleiros vilãos, que beneficiavam de isenções fiscais e de um tratamento judicial igual aos dos nobres infanções.

Estatuto político – enquanto os peões se limitavam a participar na Assembleia dos Vizinhos, os cavaleiros-vilãos monopolizavam as magistraturas do concelho e, com o tempo, ficaram em maioria na própria Assembleia.

Pág. 83

DOSSIÊ

Porto e Lisboa: espaços e poderes no urbanismo medieval

1.

- 1.1. Comprova-se pela construção de uma nova cintura de muralhas, com um maior perímetro.
- 1.2. Destinavam-se à circulação de pessoas e de mercadorias.
- 1.3. Escolher quatro: mercadores; fabricante de espadas OU armeiros OU alfagemes; curtidores de peles; sapateiros; caldeireiros; ourives.
- 1.4. A profissão de mercadores.

- 1.5. Destinavam-se a acolher doentes, viajantes e leprosos, respetivamente. Dado os leprosos serem um grupo marginalizado e temido pelo contágio da doença, as gafarias, como a de S. Lázaro, situavam-se no arrabalde.
2.
 - 2.1. Senhorio eclesiástico – “Eu, Hugo, [...] Bispo do Porto [...] (primeira OU última linhas) OU “Quem quiser vender a sua casa, venda-a a qualquer habitante do burgo que a queira, com o consentimento e autorização do Bispo” (linhas 10--12) OU “Quem fora de muros plantar uma vinha por aqueles lugares que o meirinho lhe der, pague por isso a quarta parte do vinho, para o celeiro da Sé portugalense.” (linhas 27-30).
Concelho – “ [...] dou e concedo, de acordo com [...] a assembleia dos homens-bons, tais e tão bons forais [...]” (linhas 4-5) OU “meirinho da vila” (linhas 8 e 9).
3. A Sé Catedral (Doc. C1) simbolizava o poder do senhor eclesiástico, o bispo do Porto; a Casa da Câmara simbolizava o poder do concelho do Porto.
4. Dois direitos dos moradores do Porto – não verem as suas casas invadidas pelas autoridades, a não ser na presença de homens-bons (linhas 12-16); isenção de portagem para o pão que trouxessem de fora para vender no Porto (linhas 16-18).
Dois direitos do Bispo do Porto – receber impostos “no dia da Ceia do Senhor”, pela construção de casas (linhas 7-9) e por várias transações (linhas 22-27); consentir e autorizar a venda de casas pelos moradores do burgo (linhas 10-12); receber a quarta parte do vinho resultante das vinhas plantadas fora das muralhas (linhas 27-30); receber a quarta parte das colheitas provenientes dos arroteamentos em “montes e vales” (linhas 30-31); receber as portagens (linhas 32-33) [escolher dois].
Preocupação com a seriedade das transações comerciais – imposição de multa a quem comprar ou vender com medidas falsas OU utilização de medidas únicas para a transação de sal e de vinho (linhas 19-21).
Imagem que confirma essa preocupação – a das medidas-padrão de comprimento, gravada na parede da Sé, onde os mercadores se deviam dirigir para medir com exatidão o artigo que iam vender.
5. A cerca moura; a alcáçova; a almedina; a mouraria.
6. Localizada fora da cerca da cidade, a mouraria reflete a marginalização a que os mouros vencidos foram votados.
7. Tudo leva a crer que sim, pelo número razoável (3) de judiarias existentes em cada uma das cidades e pelo facto de, à exceção da de Monchique no Porto, se situarem dentro de muros.
8. Detentor do senhorio de Lisboa – o rei D. Afonso Henriques.
Dois direitos do senhor – receber multas de quem violasse, “violentamente e armado”, o domicílio alheio (linhas 6-7); receber pagamentos em vinho das cargas deste género que entrassem em Lisboa (linhas 7-8); receber pagamentos em cereais de proprietários de gado e de lavradores (linhas 8-11) [escolher dois].
- Dois direitos concedidos pelo senhor aos moradores de Lisboa – vender o vinho produzido em Lisboa ao mesmo tempo que o vinho vendido pelo rei (relego) (linha 8); não pagar pela posse de tendas (para comércio) e de fornos de pão (linhas 9-10); isenção de portagem aos que trouxessem pão, vinho ou azeite de Santarém, para consumo próprio (linhas 13-15) [escolher dois].
Dois direitos concedidos pelo senhor aos moradores de Lisboa – agricultura; comércio; pesca [escolher duas].
9. A imagem do Castelo de S. Jorge (Doc. C4), porque era a residência do rei e do alcaide que representava o soberano na sua ausência. Do Paço da Alcáçova emanavam as ordens régias.
10. – No Porto, o grupo alvo de discriminação foi o dos nobres (“fidalgos”, “pessoa poderosa”), que não podiam aí ter bens de raiz (“herdamentos”) ou habitar na cidade. Tal deveu-se ao facto de o Porto ser uma cidade de negócios, de tráfego de mercadorias e de mercadores, atividades que não eram praticadas pela nobreza.
 – Em Lisboa, o grupo alvo de discriminação foi o dos mouros, que estavam proibidos de participar nas festas religiosas dos cristãos. A razão da discriminação assenta no antagonismo religioso cristianismo-islamismo.
11. Ambas eram ruas estreitas, íngremes e sombrias.
 As ruas novas apresentavam-se mais largas e retilíneas que as anteriores.
12. Os problemas urbanos consistiam no lixo e nos dejetos que os moradores deixavam nas ruas e caminhos, o que constituía um grave problema de higiene, de saúde pública (“dano”) e de “vergonha”.
13. Identificar o Porto e Lisboa como duas cidades que expressam o urbanismo medieval, sendo a primeira de fundação cristã e a segunda de fundação muçulmana.
 - Referir a delimitação do espaço urbano, relativamente aos arrabaldes, por cinturas de muralhas; constatar a existência de núcleos centrais (no Porto, em torno da Sé e, em Lisboa, a Alcáçova em torno do Castelo régio); referir, como edifícios preeminentes, as sés, o castelo ou paço da alcáçova, o paço episcopal, a casa da câmara ou paços do concelho e pelourinho, a alfândega e a casa da moeda (Doc. A 1, 2 e doc. c (1, 2, 3, 4).
 - Como afinidades económicas, as duas cidades tinham a prática da agricultura (no Porto, em grau reduzido) e, sobretudo, as atividades mercantis marítimas, evidenciadas nas embarcações representadas; quanto a grupos sociais predominantes, eram os mercadores, mesteiros e agricultores (Doc. B 1, 2).
 - No Porto, o exercício do poder político cabia ao Bispo (a cidade foi *couto episcopal* entre 1120 e 1405) e, em Lisboa, ao Rei representado pelo alcaide régio; em ambas as cidades, houve delegação de poderes em órgãos concelhios através da concessão de cartas de foral (Docs. B e C).

- No Porto, distinguíam-se os judeus e, em Lisboa, os mouros e judeus (ver resposta às questões 7 e 10).
- Destacar a existência, no Porto, da Albergaria e Hospital de Rocamador, para acolhimento de peregrinos, pobres e doentes, e a gafaria de S. Lázaro, para acolhimento de leprosos (Doc. A 1).
- Ver resposta à questão 12 (Doc. E).

2.4. O poder régio, fator estruturante da coesão interna do reino

Pág. 87

Questão 1

Escolher três:

- Manter o território portugalense;
- ser valente OU bom guerreiro;
- apoiar os fidalgos, pagando-lhes o devido;
- respeitar os concelhos;
- fazer cumprir a justiça OU ser isento, não cedendo a pressões;
- impedir atos menos dignos por parte dos seus homens.

Questão 2

Sê-lo-ia, sem dúvida, pois respeitaria os pequenos (os concelhos) e os grandes (os fidalgos), assegurando a união das gentes que governava. Ao ser escrupuloso em matéria de justiça e ao impedir condutas indignas, zelaria, igualmente, pela ordem, paz e harmonia entre os súbditos.

Questão 3

“E nem por pedidos nem por cobiça deixes de fazer justiça [...]”

Questão 4

Hereditário – porque transmite OU lega o reino à sua descendência (filhos varões, neto, filha) legítima (do casamento com a rainha Urraca);

Patrimonial – porque o reino é entendido como um bem pessoal.

Questão 5

Em Portugal, porque os vassallos respondiam diretamente perante o rei e não perante os altos dignitários, como acontecia em França.

Questão 6

- A chefia militar do reino;
- O exercício da justiça;
- A produção de leis.

Questão 7

- A bigamia (Doc. 29 C.2);
- A falsificação de moeda e de ouro e prata (Doc. 29 C.3).

Questão 8

A itinerância da corte régia explica-se pela necessidade de o rei conhecer melhor os problemas do reino e das suas gentes, a fim de melhor os solucionar e governar.

Questão 1

A chancelaria régia é o conjunto de funcionários encarregados de produzir os documentos régios. Esses funcionários eram supervisionados pelo *chanceler*, que possuía uma cultura jurídica superior.

A garantia de autenticidade dos documentos régios advinha do *sinhal real* (o desenho do escudo régio, por exemplo, e/ou da figura do monarca) ou de *selos pendentes* neles colocados.

Questão 2

Embora a Cúria Régia e as Cortes fossem ambas assembleias consultivas que ajudavam o monarca nas tarefas de governação, distinguiam-se pela diferente composição social. Assim, a Cúria Régia apenas reunia os “grandes” do reino, isto é, membros da nobreza e do clero, para além da família real, enquanto as Cortes tinham uma composição mais abrangente, incluindo os representantes populares dos concelhos. Por isso, os assuntos discutidos nas Cortes iam, frequentemente, de encontro às queixas e pedidos das cidades e vilas do reino.

Questão 3

Queixas contra o Clero secular e regular (bispos, clérigos, prelados, mestres, priores, abades) e a nobreza (ricos-homens, fidalgos);

Conteúdo das queixas (escolher três) – abandono do cultivo de cereais e da vinha em terras do clero, que motivava a escassez de pão e de vinho; abusos de prelados e de fidalgos que exigiam géneros da pecuária como se fossem para o rei; abusos dos nobres no que respeita ao direito de *pousada* ou *aposentadoria* nas aldeias; retirada de animais de carga aos homens-bons pelos prelados e fidalgos.

Questão 4

Preocupações de D. Afonso IV relativamente ao poder local (escolher duas):

- Se há usurpações dos direitos régios nos vários lugares do reino;
- se há usurpações dos direitos (foros) dos vários lugares do reino por parte do monarca;
- se há usurpações dos direitos e das jurisdições do monarca nas cidades;
- se há usurpações dos direitos das cidades pelo monarca;
- corrigir qualquer dos abusos detetados.

Questão 5

O corregedor, que tinha a incumbência de detetar abusos e usurpações de direitos nas várias localidades da sua jurisdição, não devia criar laços nessas mesmas localidades – o que aconteceria se aí morasse –, a fim de se manter isento e julgar com imparcialidade os prevaricadores.

Pág. 95

Questão 1

D. Dinis determina que:

- O clero regular (ordens) e secular (clérigos) continue proibido de comprar bens fundiários;
- o clero venda os bens comprados desde que D. Dinis subiu ao trono;
- o clero perca esses bens, se os não vender num prazo estipulado.

A determinação de D. Dinis, de 1284, não terá sido cumprida, pois o seu neto, D. Pedro I, continua a proibir, em 1361, a compra de bens (“possessões”) ao clero.

Questão 2

A Inquirição levada a cabo em Balsemão pretendia saber se, na freguesia, existiam senhorios nobres (honras de Cavaleiros ou de Donas).

Questão 3

As Inquirições deveram-se ao facto de a nobreza e o clero transformarem indevidamente em senhorios (honras) terras de “lavradores e homens-bons” e do próprio rei, prejudicando-os: os lavradores e homens-bons porque passavam a pagar direitos aos novos senhores; o rei porque perdia os direitos que a ele deviam ser pagos.

Questão 4

Significa que, no xadrez político peninsular, o Reino de Portugal era conceituado OU prestigiado, por o seu monarca ser aceite para consorte da filha do rei de Aragão, uma potência económica na área do Mediterrâneo.

Questão 5

A afirmação de Portugal no quadro político ibérico deve-se a ter sido capaz de derrotar um exército muito maior e mais poderoso – o exército castelhano, travando as ambições de Castela e garantindo a independência nacional.

5. A questão entre D. Afonso II e as irmãs foi uma questão política, pois, fundamentalmente, esteve em causa o poder senhorial OU banal OU a jurisdição do monarca sobre certos lugares do reino. Não foram poderes económicos, já que destes as infantas manteriam os benefícios, como preconizava D. Afonso II.

- Ver o que se diz na primeira parte da resposta à questão 2.
- Referir as medidas de centralização do poder real com D. Afonso II, que se assumiu como responsável máximo pela justiça e que publicou as primeiras Leis Gerais, para combater o crescimento desenfreado da propriedade nobre e eclesiástica. Nelas se incluíam as Leis de Desamortização, as Confirmações e as Inquirições.
- Ver a resposta à questão 4.

DOSSIÊ

O rei e as irmãs: um conflito familiar e político no século XIII

1. Sugere-se o recurso à Internet para a localização geográfica.
2.
 - As infantas consideravam-se com direito ao poder senhorial OU banal OU à posse plena de um conjunto de vilas e castelos que lhes haviam sido legados pelo pai, o rei D. Sancho I. Já o irmão das infantas, o rei D. Afonso II, considerava que elas apenas deveriam beneficiar do usufruto OU rendimentos (“rendas e direitos”) de tais bens, cuja posse plena OU senhorio era dele, o rei de Portugal.
 - Os pedidos de ajuda a Leão e ao Papa explicam-se por uma das infantas, D. Teresa, ter sido casada com o rei de Leão e por o Papa ser o chefe máximo da cristandade, sob cuja autoridade o Reino de Portugal se encontrava desde a Bula “*Manifestis Probatum*”.
3. O infante Pedro Sanches não reagiu bem à política centralizadora do seu irmão, o rei D. Afonso II, pois seguiu o partido das irmãs, que se consideravam senhoras e não meras usufrutuárias dos bens legados pelo pai.
4. A decisão final do Papa reverteu a favor do rei D. Afonso II, considerado o verdadeiro senhor da jurisdição sobre os bens deixados às infantas. Estas apenas teriam direito aos rendimentos desses bens, perdendo o poder senhorial ou banal de que se achavam titulares.